

“PRETA, MORENA, PRETINHA”: UMA PROPOSTA DE LETRAMENTO RACIAL JUNTO A ADOLESCENTES

“PRETA, MORENA, PRETINHA”: A PROPOSAL FOR RACIAL LITERACY WITH ADOLESCENTS

"PRETA, MORENA, PRETINHA": UNA PROPUESTA DE ALFABETIZACIÓN RACIAL CON ADOLESCENTES"

GALONI, Luana Luiza¹

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos²

Resumo

O racismo estrutural, ainda presente nas relações sociais, afeta de maneira significativa as percepções e a autopercepção dos indivíduos negros, impactando diretamente seu desenvolvimento e identidade. O estudo teve como objetivo aplicar e avaliar dinâmicas de letramento racial em espaços educacionais para combater estereótipos e promover a reflexão sobre raça e racismo. Utilizando uma abordagem qualitativa com grupos focais, o artigo propôs atividades que estimulam os adolescentes a refletirem sobre as expressões racistas cotidianas e as implicações dessas práticas nas suas vidas. A pesquisa destacou como o racismo se manifesta de formas sutis, mas persistentes, e a importância de ferramentas pedagógicas para desconstruir estigmas e fortalecer uma identidade racial positiva. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na conscientização racial, o espaço escolar continua sendo um terreno de disputa, onde os estereótipos e a exclusão racial se perpetuam. A implementação de práticas de letramento racial, no entanto, surge como uma alternativa significativa para transformar a autopercepção dos adolescentes e promover uma identidade racial mais positiva. Ao final, conclui-se que a escola e os espaços de acolhimento

- 1 Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Docente na graduação de Psicologia e na Pós-Graduação Strictu Sensu em Saúde Biopsicossocial. Rio de Janeiro, RJ (Rio de Janeiro), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4426-4000>. e-mail: luanagaloni@ufrj.br
- 2 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente na graduação de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFRRJ). Seropédica, RJ (Rio de Janeiro), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4890-9881>. e-mail: ronaldericeira@yahoo.com.br

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

devem ser mais do que locais de aprendizagem; devem ser campos de resistência ao racismo e de construção de uma Negritude saudável.

Palavras chave: Letramento Racial; Adolescentes; Educação; Intervenção; Grupo Focal.

Abstract

Structural racism, still present in social relations, significantly affects the perceptions and self-perception of Black individuals, directly impacting their development and identity. The study aimed to apply and evaluate racial literacy dynamics in educational spaces to combat stereotypes and promote reflection on race and racism. Using a qualitative approach with focus groups, the article proposed activities that encourage adolescents to reflect on everyday racist expressions and the implications of these practices in their lives. The research highlighted how racism manifests in subtle but persistent ways and the importance of pedagogical tools to deconstruct stigmas and strengthen a positive racial identity. The results indicate that, despite advances in racial awareness, the school environment remains a contested space where stereotypes and racial exclusion persist. The implementation of racial literacy practices, however, emerges as a significant alternative to transform adolescents' self-perception and promote a more positive racial identity. In conclusion, it is emphasized that schools and shelters should be more than places of learning; they must be spaces of resistance to racism and the construction of a healthy Black identity.

Keywords: Racial Literacy; Adolescents; Education; Intervention; Focus Group.

Resumen

El racismo estructural, aún presente en las relaciones sociales, afecta de manera significativa las percepciones y la autopercepción de los individuos negros, impactando directamente su desarrollo e identidad. El estudio tuvo como objetivo aplicar y evaluar dinámicas de alfabetización racial en espacios educativos para combatir los estereotipos y promover la reflexión sobre la raza y el racismo. Utilizando un enfoque cualitativo con grupos focales, el artículo propuso actividades que animan a los adolescentes a reflexionar sobre las expresiones racistas cotidianas y las implicaciones de estas prácticas en sus vidas. La investigación destacó cómo el racismo se manifiesta de formas sutiles pero persistentes, y la importancia de herramientas pedagógicas para deconstruir estigmas y fortalecer una identidad racial positiva. Los resultados indican que, a pesar de los avances en la concienciación racial, el entorno escolar sigue siendo un espacio de disputa, donde los estereotipos y la exclusión racial persisten. Sin embargo, la implementación de prácticas de alfabetización racial surge como una alternativa significativa para transformar la autopercepción de los adolescentes y promover una identidad racial más positiva. En conclusión, se enfatiza que las escuelas y los

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

espacios de acogida deben ser más que lugares de aprendizaje; deben ser espacios de resistencia al racismo y de construcción de una identidad negra saludable.

Palabras-clave: Alfabetización Racial; Adolescentes; Educación; Intervención; Grupo Focal.

Introdução

De antemão, consideramos que as discussões sobre raças situadas ao longo deste artigo partem de uma preocupação com a persistência do passado, tendo como pressuposto que o regime extinto da escravidão no Brasil “não desapareceu por completo após a abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens” (FERNANDES, 2008, p. 302). Portanto, essa prerrogativa realça que a hierarquia sobre a qual se fundou a sociedade escravocrata no Brasil não se rompeu – na verdade, ela vem sendo atualizada de acordo com os contextos e disputas que aparecem. Carneiro (2023, p. 13), ao tratar das relações raciais no Brasil, destaca um forte dinamismo entre perplexidades e contradições que se instaura na permanência de

ideias e práticas de discriminação de base racial num contexto em que diferentes campos do conhecimento desautorizam, em que as condições históricas que constituíram seu locus de legitimação foram superadas e o próprio status dos sujeitos a que elas eram endereçadas foi modificado.

É encarar, dessa forma, o fenômeno do racismo e das discriminações raciais como uma teia capilar que se transforma e se atualiza nas relações e instituições. Onde é possível ver, porém difícil tocar. Ainda que haja evidências empíricas do trato desigual da população negra brasileira por meio de pesquisas acadêmicas e levantamentos estatísticos de diferentes áreas no Brasil, há uma imposição de “barreiras à adoção de medidas capazes de estancar o processo de exclusão social dos negros” (CARNEIRO, 2023, p. 13). Para além da presença contínua da desumanização na vida cotidiana, o racismo é produzido e reproduzido a partir de uma identificação racial de caráter assimilacionista. Isso faz com que o preconceito racial brasileiro seja reforçado a partir de uma manutenção que desliza entre o campo da subjetividade e os campos prático e político de maneira bastante violenta.

Essa inscrição naturalizada do racismo na estrutura social e no comportamento cotidiano dos brasileiros pode ser compreendida através da marca da memória da perspectiva naturalista do conceito de raça. Em tempos modernos, esse fenômeno está inscrito nas subjetividades e nas relações cotidianas e se manifesta a partir do que chamamos de desumanização, referente a um fundamento consciente ou inconsciente da justificação destas hierarquias, como fica evidente no trecho no qual Almeida (2019, p. 20) situa que

As referências a ‘bestialidade’ e ‘ferocidade’ demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas, incluindo suas características físicas, e animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje.

Esses estereótipos vão, de certo modo, influenciar as interações e quanto as pessoas envolvidas estarão associadas a essas crenças pela percepção social. Complementarmente, esse processo vai influenciar a autopercepção. Bicudo (1955, p. 269, apud Santos, 2018, p. 1214), ao analisar as atitudes de preconceito racial entre escolares e seus familiares, traz um dado relevante sobre a autopercepção construída por famílias negras a partir do local de rejeição e discriminação:

Considerados pelos brancos como inferiores, maus, bêbados, ladrões, macumbeiros, vagabundos e briguentos, e tendo introjetado estes conceitos, as pessoas de cor passam a tratar o negro, e, portanto, a si próprios com desprezo e ódio, sentimentos estes que vão influir no desajustamento da personalidade nos conflitos intrafamiliares e na desorganização da família negra.

Galoni, Silva, Ribas e Peixoto (2022) constroem um caminho histórico e conceitual para o entendimento de como o corpo preto, especificamente o corpo preto infantil, apresentam até os dias atuais estereótipos oriundos de uma herança escravocrata, que orientam as práticas das instituições que integram durante seu desenvolvimento. Eurico (2020) compreende que as consequências desse racismo que se perpetua de forma estrutural se manifesta enquanto violência nos infantes, imputando a esses danos materiais e imateriais, com prejuízos significativos ao seu desenvolvimento. Abusos, negligência, abandono, preconceitos, autoimagem negativa e discriminações podem ser identificados como estressores que acometem crianças e adolescentes vítimas de racismo.

Compreendendo tais agravantes e também impulsionados pela promulgação da lei nº 11.645 que formaliza a abertura do espaço escolar como um local para letramento racial, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008), alguns estudos na área da educação têm ensaiado as propostas de intervenção baseada no Letramento Racial em sala de aula (EPSTEIN; GIST, 2013; ALLEN, 2019; ROGERS; MOSLEY, 2011). No Brasil, a pedagogia e as disciplinas de línguas têm se utilizado da Teoria Racial Crítica e do Letramento Racial Crítico, que se constituem enquanto conceito e teoria específicos, com métodos e intervenções autobiográficas e autonarrativas junto a estudantes, tendo ganhado espaço no contexto escolar (FERREIRA, 2014; SOUTA; JOVINO, 2019).

Diante disso, o objetivo desse artigo se dá em apresentar uma proposta de intervenção na temática de letramento racial a ser aplicada em espaços educacionais, formais ou informais, e/ou na formação de professores, com base no estudo realizado junto a adolescentes em acolhimento institucional da Baixada Fluminense.

Metodologia

Este artigo apresenta-se enquanto um recorte da tese de doutoramento intitulada: “*O Letramento Racial como estratégia de proteção em casas de acolhimento de adolescentes da Baixada Fluminense*”, cujo objetivo foi investigar os atravessamentos raciais nas instituições de acolhimento de adolescentes, com foco nas práticas de letramento racial, propondo estratégias de intervenção para o aprimoramento do trabalho no acolhimento. A pesquisa obedeceu aos critérios éticos estabelecidos para a pesquisa científica com seres humanos, tendo número de CAAE: 74713423.4.0000.0311.

No recorte apresentado, será exposto a estrutura elaborada para intervenção junto a dois grupos focais de adolescentes com a temática de letramento racial, sendo um na casa de acolhimento de meninas e outro na casa de acolhimento de meninos. O Grupo Focal é um conhecido método em pesquisa qualitativa, cujo objetivo é suscitar interações de um grupo sobre um tema proposto, uma “[...] maneira de ouvir pessoas e aprender com elas [...] criando linhas de comunicação” (MORGAN, 1997, p. 9). Na constituição do Grupo Focal há um moderador com o objetivo de apresentar o foco através de diversas ferramentas, conduzir a motivação e integração grupal e retornar a atenção do grupo ao foco sempre que necessário.

O conceito de núcleos de significação (GONZÁLES-REY, 2003) foi o fio condutor para a análise dos materiais produzidos pela equipe de pesquisa durante as intervenções. Tal raciocínio nos acompanhou nas diferentes etapas de análise que serão exploradas a seguir: leituras do material de pesquisa (relatórios de observação construídos pela equipe de pesquisa), a seleção dos pré-indicadores, a constituição dos indicadores e a organização dos núcleos de significação. O foco nos dois grupos de adolescentes, portanto, foi compreender a articulação e a constituição das significações concebidas pelos participantes sobre concepções de letramento racial, estereótipos e preconceitos, colorismo e racismo institucional. Para isso, utilizamos duas dinâmicas de letramento racial construídas pela equipe de pesquisa como recurso disparador de debate, que serão descritas a seguir e se colocam como proposições para diversos campos educacionais:

1) “Tem cara de que?”

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

- Foi efetuado exercício imagético sobre estereótipos, de modo a pedir que eles fechem os olhos e imaginassem a primeira coisa que vem a suas mentes quando a facilitadora diz as seguintes palavras: menino de rua, cozinheira, bandido, médico, psicóloga, capoeira, advogado, assistente social, abrigo, cientista, policial, bombeiro e artista. Através das imagens evocadas pelos meninos foi realizada uma discussão sobre os estereótipos raciais presentes nessas categorias;
- Foram apresentadas fotos de casais, pessoas, intelectuais, artistas conhecidos e não tão conhecidos e abrimos o debate para que os participantes dissessem qual profissão achavam que as pessoas retratadas exerciam, por que, quem eles eram etc.
- Realizou-se ainda a dinâmica de estereótipos e categorias de pertença, em um movimento no qual os participantes escreviam suas próprias categorias de pertença no que diz respeito a: raça, gênero, religião, com ou sem deficiência, idade e classe social. Após o preenchimento dessas informações em uma folha de ofício, abrimos o debate para entender como essas categorias se relacionavam, em que lugares era possível ser violado por elas, quais lugares seriam seguros e de potência, como seria possível estabelecer ações de proteção.

Figura 1: Fotos utilizadas na dinâmica “Tem cara de quê?”)



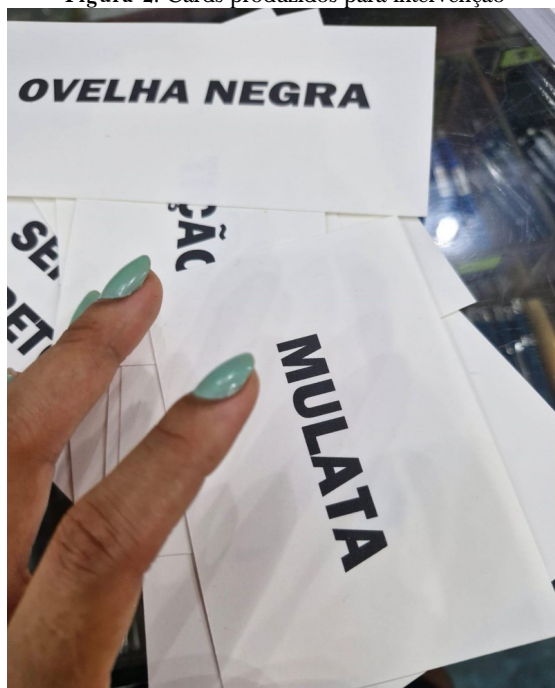
Fonte: acervo da autora

2) “Preta, morena, pretinha”

Dentro dessa unidade foram trazidas discussões acerca de colorismo, heteroidentificação e autoidentificação. Também visamos abarcar um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e que constituem um resultado de práticas sociais, sendo a sua apreensão um facilitador para a posse de gramática e de um vocabulário racial que viabiliza a discussão de raça, racismo e antirracismo.

- **Atividade Dicionário Racial:** nessa atividade os participantes foram divididos em grupos e lhes foi ofertado cards com expressões da língua portuguesa e palavras que têm teor racista em sua concepção, mas que são utilizadas cotidianamente, tais como: “mulata”, “criado mudo”, “ovelha negra”, “a coisa tá preta”. Simultaneamente, foram distribuídos outros cards com os significados dessas expressões. No primeiro momento, eles relacionaram os significados das palavras e expressões para, em seguida, proporem, em cards em branco, palavras substitutivas às apresentadas. O jogo teve como enfoque a associação e acomodação de novas palavras e expressões que possam substituir as que socialmente são difundidas.

Figura 2: Cards produzidos para intervenção



Fonte: acervo da autora.

Resultados e Discussões

Em ambas as dinâmicas apresentadas, as tensões acerca dos estereótipos reproduzidos socialmente foram percebidas, desde a representação de homens negros com piercing e tatuagens serem associados a *mcs* e *rappers*, a mulheres negras mais velhas serem relacionadas com profissões com teor de cuidado, como professoras e cozinheiras, reforçando o estereótipo da “mãe preta” que aborda Lélia Gonzalez (1984), bem como a hipersexualização das mulheres negras na figura da mulata, como também explora Gonzalez (1984). Mas destacaremos aqui um fato interessante, onde ao ser apresentada a imagem da professora e escritora Conceição Evaristo, a mesma rapidamente, foi identificada pelos dois grupos. Os meninos, embora não soubessem o nome da personagem, buscavam na memória onde já tinham ouvido falar dela. Uns diziam que ela tinha aparecido na TV e era uma escritora, outros na escola. Já as meninas, a identificaram de imediato enquanto escritora. Tal fato redireciona nossa lupa para o espaço da escola enquanto forte potencial para o tensionamento de estereótipos reproduzidos e cristalizados, a fim de transformar a autopercepção e visão de mundo de crianças e adolescentes negros e não negros.

Ao mesmo tempo, conseguimos identificar o duplo lugar que a escola enquanto mais uma instituição na vida desses adolescentes ocupa. O racismo recreativo pareceu se manifestar de forma mais evidente no cotidiano dos adolescentes no âmbito escolar. Uma das meninas mencionou, inclusive, que “a escola pública é um berço do racismo”. As queixas a respeito de ser alvo de apelidos racistas foram dando espaço para o compartilhamento de situações pessoais, como aplicar tinta branca em todo o corpo ao chegar da escola para ser uma pessoa branca, ou se envolver em brigas e ser expulsa da escola por reagir às ofensas racistas e apelidos incessantes como “macaca”.

Santos (2018, p. 1212), em sua análise sobre as pesquisas de Bicudo (1955) com estudantes em São Paulo, analisa que as instituições educacionais devem ser entendidas a partir de “processos dinâmicos e dos sujeitos que as compõem”. Há comportamentos e expressões culturais não restritamente escolares, mas que penetram a escola e sua comunidade. Além disso, não podemos deixar de mencionar que o próprio processo de educação no Brasil é marcado intrinsecamente pela racialização (DEL PRIORE, 2012).

A escola pública surge não necessariamente como um direito de todos, mas como um direito de branco. À medida que outros corpos acessam esse lugar, há um processo de descredibilização e, inclusive, sucateamento desse ensino. Não trazemos essa análise de forma causal, mas como dado que aparece de forma concomitante na história. Os corpos não brancos acessaram o ensino em primeiro momento como forma de roubo e sequestro, no caso dos indígenas, ou então, tempos depois, para aperfeiçoamento de mão de obra para o trabalho.

Todas essas costuras remontam a preocupação de como as subjetividades negras têm sido produzidas no ambiente escolar. Ambiente esse que opera para uma homogeneização cultural e social dos indivíduos. No caso de pessoas negras, há a necessidade de negação de sua condição racial, visto que, nesse ambiente, o preto é o “burro”, o “problema”, ou qualquer outro estigma taxativo que remonte a estereótipos desmoralizantes e patologizantes da expressão dos corpos negros nesse espaço.

A escola é um corpo. Embora tenhamos falado aqui de exemplos de racismo recreativo e interpessoal nas relações dos acolhidos enquanto estudantes, também falamos de uma estrutura e instituição que, se não reforça, pouco ou nada intervém nesse campo. Há ainda muito que se avançar para que a lei 10.639/2003 seja aplicada de forma efetiva e incorporada na cultura escolar. O que não podemos descartar é a quantidade de pesquisas no campo da educação, principalmente a respeito de letramento, que foram encontradas no processo de exploração bibliográfica dessa pesquisa. A escola hoje é um local de disputa. Vale compreender como as narrativas decoloniais e que promovem uma pedagogia engajada e libertadora podem ser constitutivas dos processos educacionais.

Considerações Finais

Pensar em adolescência é pensar numa fase de intensa mobilização e conflitos exógenos e endógenos, e construção de identidade a partir das aproximações e diferenciações grupais. Quando se é o outro da sociedade, nossa subjetividade e identidade são construídas pelas negações, do que não se é, nunca será e não se pode ser. Utilizar as práticas de letramento racial e dinâmicas concernentes a temática para a construção e fortalecimento da identidade racial, portanto, pode ser crucial um desenvolvimento positivo da identidade social desses sujeitos, logo, também uma forma de construção saudável de autopercepção e identidade. Esse processo possibilita que esses jovens alcancem um espaço de Negritude e de identidade positiva como forma de resistência ao racismo e a um espaço de opressão.

A respeito da autopercepção racial, os adolescentes em si, em sua maioria, se sabiam não brancos. Até mesmo porque a realidade social não os permitiu se enxergar de outra forma. Nesse sentido, muitas palavras foram utilizadas para se autodescrever: preto, negro, morena, parda. Isso significa que se reconhecer como negro ou não branco não faz com que, automaticamente, se tornem pessoas racializadas. Para isso, as próprias práticas de letramento racial se colocam como proposta para que consigam nomear e associar suas experiências individuais a experiências também coletivas, estabelecendo uma conexão do lugar racial ocupado também como lugar político e social. Nesses grupos de adolescentes havia um ou dois mais letrados e racializados que acabavam por conduzir o debate de modo a também ensinar os demais. Essas movimentações configuraram uma prática de letramento racial dentro da própria proposta do grupo focal. Tal fato



Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ)
V. 14 - N. 33- Janeiro-Dezembro de 2025 - ISSN 2316-9303

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

reforçou nosso intento em produzir os debates de forma horizontal, partindo de experiências deles mesmos e de suas próprias histórias e conhecimentos.

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

Referências

- MORGAN, David L. Focus groups as qualitative research. California: SAGE Publications Inc., 1997.
- GONZÁLES-REY, Fernando. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5^a ed. São Paulo: Globo, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- ALMEIDA, Sílvio L. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019 (Coleção Feminismos Plurais).
- SANTOS, Elisângela da S. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (SP), v. 48, n. 170, p. 1194-1217, out./dez. 2018.
- EURICO, M. C. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. Revista em pauta- Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 18(45) p. 69- 83, 2020. DOI 10.12957/ rep.2020.47214. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47214>. Acesso em: 30 set. 2022.
- BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <https://bit.ly/4ebetmw>. Acesso em junho de 2023.
- GALONI, Luana L. et al. O processo de institucionalização da infância preta em asas de acolhimento. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, p. 56-64, 2022.
- EPSTEIN, Terrie; GIST, Conra. Teaching racial literacy in secondary humanities classrooms: challenging adolescents’ of color concepts of race and racismo. Race Ethnicity and Education, v. 18, n. 1, p. 40-60, 2013.
- ALLEN, Keisha M. Transformative vision: Examining the racial literacy practices of a Black male teacher with his Black male students. Journal for Multicultural Education, v. 13, n. 1, p. 82-93, 2019.

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2025.90635

ROGERS, Rebeca. MOSLEY, Melissa. Racial literacy in a second-grade classroom: Critical race theory, whiteness studies, and literacy research. *Reading Research Quarterly*, v. 41, 2011.

FERREIRA, Aparecida de. J. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contra-narrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Curitiba (PR), v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141>. Acesso em junho de 2023.

SOUTA, Marivetta; JOVINO, Ione da S. Letramento racial e educação antirracista nas aulas de língua portuguesa. *Uniletras*, Ponta Grossa (PR), v. 41, n. 2, p. 147-166, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3zfTzDP>. Acesso em junho de 2023.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. In: JACÓ-VILELLA, Ana Maria; SATO, Leny (orgs.). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Orgs.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955.

Recebido em 19 de março de 2025

Aceito em 02 de outubro de 2025



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença *Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional*.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.